

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**RAFAELA VIEIRA DE OLIVEIRA**

**NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE A PERMANÊNCIA EM  
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

**CRICIÚMA  
2022**

**RAFAELA VIEIRA DE OLIVEIRA**

**NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE A PERMANÊNCIA EM  
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia no curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Janine Moreira

**CRICIÚMA**

**2022**

**RAFAELA VIEIRA DE OLIVEIRA**

**NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE A PERMANÊNCIA EM  
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia, no Curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Saúde e Processos Psicossociais.

Criciúma, 13 de junho de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Janine Moreira – Doutora - Orientadora - (UNESC)

Prof<sup>a</sup>. Daiani Barboza -Doutora - (UNESC)

Prof<sup>a</sup>. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora - (UNESC)

Dedico à toda mulher que um dia vivenciou uma relação abusiva, em especial, às participantes da pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu chegar até aqui com saúde, e me dando sabedoria para enfrentar as adversidades do caminho.

Agradeço à minha família, especialmente meu pai e minha mãe, que não mediram esforços para que este sonho fosse concretizado.

Ao meu namorado João, que esteve ao meu lado nos meus melhores e piores momentos durante todos os anos da graduação, sempre me encorajando e motivando.

Ainda agradeço às amizades construídas e com as quais pude compartilhar os momentos e a vida neste período de graduação.

Agradeço também aos meus professores, que compartilharam seus conhecimentos e me fizeram ter uma visão clara do que seguir como exemplo de vida e profissão.

Agradeço a cada paciente, participante e colega que me possibilitou colocar em prática os conhecimentos adquiridos e me permitiu criar discussões ricas sobre a prática profissional do psicólogo.

Agradeço à minha banca Prof<sup>a</sup> Dra. Daiani Barboza e Prof<sup>a</sup> Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro, em relação as quais tenho tamanha admiração e sou grata por terem aceito o convite em compor a minha banca e contribuírem com seus conhecimentos.

E em especial, meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Janine Moreira, sem ela este trabalho não teria sido concretizado. Ela que é meu grande exemplo de profissional e ser humano e que, com sua serenidade e paciência, compartilhou seus conhecimentos e me orientou com toda dedicação.

Por fim, agradeço a oportunidade de concluir a graduação trazendo à tona um tema tão relevante para a sociedade, que são as mulheres em relações abusivas.

Gratidão por esse ciclo que se encerra e felicidade pelo novo que se inicia.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria substância,  
já que viver é ser livre.”

Simone de Beauvoir

## RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa empírica que foi realizada com duas mulheres que estiveram em situações de relacionamentos abusivos. O instrumento de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Seu objetivo geral foi compreender de que modo se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. O trabalho em questão visou, em um primeiro momento, por meio da leitura de referenciais teóricos, analisar, a partir da categoria de gênero, as questões constitutivas do papel da mulher nos relacionamentos amorosos; em um segundo momento, identificar as formas de abuso e violência de gênero, e por fim, verificar os significados que as mulheres atribuem a sua permanência em um relacionamento abusivo. Sabemos que desde os primórdios a mulher na sociedade ocupa o papel do "outro", que foi se constituindo para aceitar as vontades do parceiro e negar suas próprias em uma trama relacional. Os resultados encontrados mostram que ambas as mulheres viveram relacionamentos abusivos e permaneceram na relação por conta de vários fatores, como o ideal de família e de casamento que foi se constituindo por questões históricas do papel da mulher na sociedade, da religiosidade, esperança de mudança do parceiro, bem como, dependências afetivas e econômicas. O processo de rompimento com os agressores não foi simples, sendo que ambas, algumas vezes, denunciaram e retiraram as queixas, mas, por fim, hoje encontram-se fora da relação e reconstruindo suas vidas e suas individualidades. Esta pesquisa visou uma maior compreensão a respeito das questões de violência de gênero contra a mulher para que possam-se embasar práticas profissionais cada vez mais fundamentadas.

**Palavras-chave:** Relacionamento Abusivo. Violência Doméstica. Gênero. Mulheres.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BO	Boletim de Ocorrência
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COVID – 19	Coronavírus
DDM	Delegacias de Defesa da Mulher
NUPREVIPS	Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 METODOLOGIA.....	12
<b>2 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER</b> .....	<b>16</b>
2.1 HISTÓRICO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE EM RELACIONAMENTOS AMOROSOS .....	16
2.2 INSERINDO A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO .....	19
<b>2.2.1 Gênero atravessado pela questão de classe social e raça</b> .....	<b>21</b>
2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	23
<b>2.3.1 Consequências da violência de gênero contra a mulher</b> .....	<b>25</b>
<b>2.3.2 Tipos de abuso e violência perpetradas por parceiros íntimos</b> .....	<b>25</b>
<b>2.3.3 O ciclo da violência</b> .....	<b>29</b>
2.4 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS .....	30
<b>3 AS MULHERES FALAM SOBRE SEUS RELACIONAMENTOS – ANÁLISE DAS NARRATIVAS</b> .....	<b>32</b>
3.1 O SER MULHER E A PERMANÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.....	32
3.2 O RELACIONAMENTO ABUSIVO .....	35
3.3 O ROMPIMENTO.....	39
3.4 OS SIGNIFICADOS DAS VIVÊNCIAS E PERMANÊNCIAS .....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>53</b>
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....	53
<b>ANEXOS</b> .....	<b>54</b>
ANEXO A – CARTA DE ACEITE .....	54
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	55
ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

O termo “Relacionamento Abusivo” tem sido amplamente usado pela mídia, e vem ganhando espaço em nossa sociedade (FREITAS; SALES, 2019). Mas, afinal, como se constitui a permanência de mulheres em um Relacionamento Abusivo?

De acordo com a pesquisa “Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher” realizada pela OPAS/OMS em 2015, diariamente mulheres são vítimas de violências de gênero. O estudo também mostra que a maior parte dos casos é de violência praticada por parceiros. Mundialmente, quase um terço (30%) das mulheres que estiveram em um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual na vida por parte de seu parceiro (OPAS/OMS, 2015).

Pesquisas já realizadas no Brasil também mostram que, eventualmente, diferentes situações impedem que as mulheres encontrem alternativas para sair de seus relacionamentos que causam sofrimento psicológico e/ou físico (HIRIGOYEN, 2006). Marie France Hirigoyen (2006) apresenta ainda que tais pesquisas mostram como o tema relacionamento abusivo tornou-se um problema de cunho social, sendo que o não rompimento do ciclo pode levar a agressões e até mesmo ao feminicídio (crime de gênero que se baseia no assassinato da mulher, basicamente por ser mulher), e que se faz tão presente em nossa sociedade, tal qual vemos todos os dias nas mídias: situações reais onde mulheres são assassinadas por seus parceiros.

Em face do cenário atual, percebe-se a necessidade de estudos que possam embasar uma conscientização da sociedade sobre os fatores que fazem as mulheres permanecerem em tais relações, em consonância a práticas profissionais cada vez mais fundamentadas para a temática. É necessário confrontar estereótipos de senso comum que trazem a imagem da mulher que permanece na relação como “a que gosta de apanhar” / “gosta de sofrer”. Há um universo por trás das razões que fazem uma mulher permanecer neste tipo de relação.

Com a criação de políticas públicas como Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) e leis como a Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006), que estabelece mecanismos para “coibir e prevenir a violência doméstica, e familiar contra a mulher”, dentre eles o afastamento do agressor do lar e maior proteção às vítimas, muitas mulheres denunciam situações de violência (BRASIL, 2006). Contudo, muitas vezes a denúncia é retirada, em razão de dificuldades da mulher em romper com a relação,

sendo que, como veremos, tal relação comporta um ciclo difícil de ser rompido por inúmeras questões subjetivas de cada mulher, em consonância a questões sociais e culturais.

Para Maria de Fátima Araújo (2008), a questão de gênero é um dos principais fatores que levam as mulheres a permanecerem em uma relação abusiva, uma vez que muitas delas internalizam a dominação masculina como algo natural e não conseguem romper com a situação de violência e opressão em que vivem. bell hooks (2018), elenca que há uma naturalização não só de homens quanto aos pensamentos sexistas, mas que as mulheres também naturalizam e aceitam pensamentos e ações sexistas.

Segundo Simone de Beauvoir (1967), a mulher se constituiu historicamente como o Outro e o Inecessário na relação com o homem, o qual é considerado o mesmo, o Essencial. E é nesta trama relacional que se estabelece a forma que a mulher adentra nas relações conjugais e a forma com que também permanece nelas.

Araújo (2008), sustenta que a dominação é algo que é imposto ao homem por meio de ensinamentos e valores culturais desde a infância. Neste mesmo sentido:

[...] Na medida em que todas as sociedades conferem ao homem o direito de, através de formas culturalmente elaboradas de expressão, atualizar suas potencialidades em direção à busca de prestígio e reconhecimento social, fornecem-lhe os mecanismos imprescindíveis à construção de uma vida propriamente humana que ultrapassa de muito suas potencialidades para a paternidade. A masculinidade envolve, portanto, dois aspectos básicos e complementares: a possibilidade de ser pai e a possibilidade de desempenhar atividades construtivas das quais o homem, simultaneamente, deriva e às quais empresta prestígio. Por outro lado, poucas são as sociedades, e ainda assim dentro de limites bastante estreitos, que criam na mulher as aspirações necessárias para impeli-la a buscar outras satisfações além da maternidade. (SAFFIOTI, 1976, p. 183).

Nesta perspectiva, a permanência de mulheres em tais relacionamentos é uma questão que nos fomenta questionamentos.

Deste modo, o trabalho em questão tem como título: “Narrativas de Mulheres sobre a permanência em relacionamentos abusivos”, e traz como problemática: como se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos?

Assim, a fim de responder tal problema, o objetivo geral pautou-se em compreender de que modo se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, e os específicos:

- Analisar, a partir da categoria de gênero, as questões constitutivas do papel da mulher nos relacionamentos amorosos;
- Identificar as formas de abuso e violência de gênero;
- Verificar os significados que as mulheres atribuem a sua permanência em um relacionamento abusivo.

## 1.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi qualitativa, a qual não se preocupa com representatividade numérica (dados quantificáveis), mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um fenômeno que ocorra em um grupo social, em uma organização, em uma sociedade, etc. (MINAYO, 2001). Nesta pesquisa o objeto de estudo foram as mulheres que estiveram em relacionamentos abusivos.

Para Maria Cecília Minayo (2001), na pesquisa qualitativa o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas porque ele faz parte e integra a vida social. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e seus sentidos.

[...] A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21).

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa empírica (de campo).

As participantes da pesquisa foram mulheres pacientes das Clínicas Integradas da UNESC, especificamente da Clínica de Psicologia, que estiveram em relacionamentos abusivos. O caminho da pesquisa se baseou, em um primeiro momento, no contato da pesquisadora com a Clínica e os estagiários, a fim de levantar a existência de pacientes que possuíam queixas em relacionamentos abusivos. Em um segundo momento, a pesquisadora solicitou aos estagiários que possuíam pacientes mulheres com tais queixas que perguntassem a elas se aceitavam participar da pesquisa. Contudo, nem tudo saiu como o planejado! Houve dificuldades em os estagiários perguntarem a suas pacientes se aceitavam participar da pesquisa, e deste modo, das 02 participantes desta pesquisa, apenas 01 é paciente da clínica.

Após o aceite, o contato para participação da pesquisa foi feito pela UNESCO por meio da secretária da Clínica de Psicologia, e então, somente a partir disso foi realizado o contato da pesquisadora com ela para agendamento da entrevista no dia em que ela tinha atendimento na clínica. Cabe ressaltar que a identidade da mulher só foi revelada à pesquisadora após a mesma aceitar participar da pesquisa, uma vez o processo terapêutico ser regido pelo sigilo profissional entre psicólogo e paciente.

A outra participante é uma acadêmica da Unesc que minha orientadora conhece e que já vivenciou uma situação de relacionamento abusivo, e mediante a dificuldade em encontrar as participantes, minha orientadora perguntou se ela aceitaria participar da entrevista e ela aceitou. Deste modo, a pesquisadora entrou em contato com a participante e agendou o dia e horário da entrevista, que ocorreu em uma sala reservada da biblioteca da Unesc.

Quanto à quantidade de participantes da pesquisa, pretendia-se que fossem 04 (quatro) mulheres, porém, já havíamos delineado que, na impossibilidade deste número, a pesquisa seria realizada com menos, no caso, como já citado, foram 02 mulheres.

O instrumento para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, o roteiro com as perguntas da entrevista constitui o Apêndice deste trabalho. A entrevista foi realizada somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), o qual foi assinado pelas participantes da pesquisa, assinalando sua concordância com os termos da mesma.

Todas as entrevistas seguiram os protocolos de biossegurança adotados pela Universidade no contexto da pandemia da COVID-19, sendo realizadas com máscara, fazendo-se uso de álcool em gel para higienização das mãos, distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre a pesquisadora e a participante e em sala reservada e arejada. Os locais onde foram realizados os encontros (Clínica de Psicologia e sala de estudos da Biblioteca da Unesc) apresentavam dimensões que permitiram este distanciamento. As entrevistas foram gravadas e transcritas tal qual foi falado, mas ajustados os vícios de linguagem.

A análise de dados foi realizada a partir de categorias estabelecidas a partir dos dados e em consonância aos objetivos específicos da pesquisa.

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unesc e aprovado sob o Parecer nº 5.113.808 que consta no Anexo C. Ainda em relação às questões éticas da pesquisa, a mesma apresentou como riscos os

sentimentos que podiam emergir durante a entrevista e deixar as participantes vulneráveis, contudo, a entrevista realizada na clínica foi realizada 1 hora antes do atendimento da paciente com a estagiária na clínica. Já a entrevista com a outra paciente, realizada na sala de estudos reservada da biblioteca, foi feita de forma a deixar a participante à vontade e acolhendo a mesma nos momentos necessários. Deste modo, ambas as participantes foram acolhidas e ouvidas pela pesquisadora a todo momento. Bem como, foi deixado explícito às participantes que a entrevista poderia se encerrar a qualquer momento, caso decidissem não participar mais, o que não ocorreu.

Outro risco da pesquisa seria a quebra de anonimato das participantes, mas para que isso não ocorresse, os dados da pesquisa foram guardados com a pesquisadora de forma cautelosa e sigilosa, e os nomes das participantes mudados para nomes fictícios. Cabe ressaltar também os riscos pela pandemia, entretanto, fizemos uso das medidas de biossegurança, descritas anteriormente, e seguimos as matrizes sanitárias do município de Criciúma e Estado de Santa Catarina.

Já como benefícios, esta pesquisa possibilita conhecer e compreender a situação trazida pelas participantes da pesquisa a fim de possibilitar que os profissionais (como psicólogos) tenham maior conhecimento da subjetividade e vivências de tais situações para uma atuação apropriada na temática.

Observa-se que, se ficasse evidenciado que alguma participante da pesquisa estivesse ainda vivendo uma situação de violência, esta seria notificada aos órgãos competentes, como o Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde (NUPREVIPS), mesmo que não fosse a vontade da participante, e esta notificação continuaria em acompanhamento na clínica de Psicologia da UNESC. Contudo, isso também não ocorreu. Entretanto, ficamos com o questionamento se notificar os casos sem a autorização da paciente é o mais adequado, tendo em vista a questão do sigilo terapêutico e a autonomia da mesma.

Na sequência, este trabalho está dividido em mais dois capítulos. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico com enfoque a analisar o objeto de estudo a partir da categoria de gênero, as questões constitutivas do papel da mulher nos relacionamentos amorosos, bem como identificar as formas de abuso e violência de gênero perpetradas por parceiros íntimos.

E o terceiro capítulo conta com a apresentação e análise dos dados da pesquisa, a partir dos dados das entrevistas realizadas com duas mulheres que já

estiveram em uma relação abusiva. Assim, foi possível ouvi-las e analisar suas narrativas constando as razões que fizeram as mulheres permanecerem em relações abusivas, trazendo o referencial teórico estudado. Como resultados, houve uma maior compreensão do fenômeno de como se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, verificando os significados que tais mulheres atribuem às suas permanências no relacionamento.

## 2 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

No presente capítulo, a fim de compreender a violência de gênero contra a mulher e a permanência da mulher na relação abusiva, veremos o Histórico do Papel da Mulher na Sociedade em Relacionamentos Amorosos, a Violência de Gênero, as Consequências da Violência de Gênero, os Tipos de Abuso e Violência perpetrados por parceiros íntimo, e o Ciclo da Violência e Relacionamentos Abusivos.

### 2.1 HISTÓRICO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE EM RELACIONAMENTOS AMOROSOS

O histórico do papel da mulher na sociedade no viés de relacionamentos amorosos é carregado de estereótipos, trazendo as mesmas como inferiores, submissas e vítimas perante os homens. Isto advém dos primórdios da organização social humana, onde a mulher estava limitada ao espaço do lar, com papéis expostos e determinados de esposa e mãe (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

As concepções europeias divulgadas no século XVIII reforçaram a imagem da mulher como um ser sem vontade própria, sendo que a maioria das mulheres no contexto europeu foi se constituindo desta forma, seguindo diferentes gerações, como suas mães, avós, bisavós, carregando essas crenças sociais e religiosas de geração para geração de que “a mulher devia servir o homem”, “cuidar da casa e dos filhos”, “não trabalhar”, “ser passiva e submissa”, “servir a religião”, etc. (GASPARI, 2003).

Com o passar dos anos a sociedade passou a exigir que as mulheres fizessem parte na vida pública, como trabalhadoras, independentes, que votam, dirigem, estudam e cuidam de si mesmas, contudo, não deixando de exercerem seus papéis como mães, esposas, guardiãs dos costumes (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Outrossim, como mostra Simone de Beauvoir na obra “O Segundo Sexo: a experiência vivida” (BEAUVOIR, 1967, p.21), “a passividade que caracterizará essencialmente a mulher ‘feminina’, é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos” por meio da educação e do convívio em sociedade, sendo que é como se fosse imposto a ela um “destino”. Como afirma a autora, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, e são os construtos sociais de outrem, o convívio em sociedade que podem constituir um indivíduo como o “outro”. Deste modo, a mulher se torna o outro

da relação, mas não porque escolhe isso, e sim, porque é imposto a ela em sociedade, onde o homem é o primeiro sexo, e a mulher o segundo, de acordo com a autora.

Contudo, o ser mulher não é universal, sendo que a condição de ser mulher de uma mulher branca e favorecida economicamente não é a mesma de uma mulher negra e desfavorecida economicamente, como retrata na obra “O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras”.

Deste modo, a autora ainda sustenta que o feminismo que mais se ouve falar é embasado em mulheres engajadas na igualdade de gênero, de salários, tarefas domésticas, maternagem e paternagem. E que, no geral, nota-se que essas mulheres são brancas e privilegiadas. A autora ainda afirma que nossa sociedade continua sendo subordinadamente uma cultura cristã:

[...] multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não. (HOOKS, 2018, p. 13).

A autora desafia o feminismo hegemônico, o qual homogeneiza a condição da mulher e não percebe que as mulheres pobres (em geral negras) há muito estão fora do lar porque precisam trabalhar. Mas isto não significa que não sejam vítimas da dominação masculina.

No contexto europeu, Beauvoir (1967) explicita a diferenciação entre homem e mulher:

[...] No convívio familiar “é a valorização efetuada pelos pais e pelo ambiente que dá ao menino o prestígio”, construindo a ideia de superioridade do masculino e onde a construção da feminilidade durante a infância está relacionada com o brincar de boneca. (BEAUVOIR, 1967, p.19).

Nesta fala da autora, podemos também entender porque muitas mulheres sentem como obrigação “serem mães”, visto que desde a infância são ensinadas a cuidar de bonecas, sendo que o homem, quando criança, brinca de carrinho, como se ele não tivesse a obrigação de cuidar dos filhos que teria no futuro... Sabemos que na atualidade isso vem se desmoldado, e muitos pais e educadores já olham com outros olhos para o brincar, contudo, ainda é um assunto que gera polêmica e discussão.

Beauvoir (1967, p. 08), ainda apresenta que:

[...] Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas. (BEAUVOIR, 1967).

Muitas mulheres sentem-se acuadas em relação a seus parceiros e, por conta disso, não conseguem estabelecer limites nos relacionamentos; o homem assume o controle e a mulher se torna o “outro” que aceita o que lhe é imposto na trama relacional. A mulher, desde a infância, é ensinada que, para agradar, é preciso buscar agradar, tornar-se objeto, e para isso, aprende a renunciar a suas vontades e sua autonomia (BEAUVOIR, 1967).

Diante disso, compreendemos que as relações amorosas, desde os primórdios, seguem linhas patriarcais, onde a mulher é vista e colocada como submissa ao homem apesar da posição que ocupa socialmente. Contudo, as formas de constituir as relações foram mudando ao longo dos anos, e atualmente percebemos que já muitas mulheres estão inseridas em relacionamentos com maior igualdade.

Frente a isso, nossa questão aqui é compreender como estes fatos acarretaram e ainda acarretam para a mulher permanecer em relações abusivas. E não é só a diferenciação de gênero que segrega, mas também é importante salientar a diferenciação entre classes sociais e raças.

Cabe ressaltar que, com o passar das gerações, mulheres e homens vêm se modificando. Ainda assim, continuam havendo violências, talvez porque os homens não aceitem o fato delas se tornarem independentes, ou porque, como afirma hooks (2018), os homens são mais quem se beneficiam do patriarcado e romper esse ciclo induz medo aos próprios homens em perder os benefícios agregados por ele. Afinal, o patriarcado e as velhas estruturas ainda permanecem. Contudo, o problema dessa diferenciação é o sexismo, sendo que tanto mulheres como homens são socializados para aceitarem pensamentos e ações sexistas e “como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens” (HOOKS, 2018, p. 13).

Cabe dizer que isso explica porque muitas mulheres naturalizam a dominação masculina.

Deste modo, veremos adiante a discussão sobre gênero, raça e classes sociais.

## 2.2 INSERINDO A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO

Para tratar a violência de gênero contra a mulher, torna-se necessário discutir a cultura de gênero que a mantém, em consonância com as questões de desigualdade e de poder, atravessadas pelas questões de raça e classe social.

As diferenciações entre homens e mulheres foram consideradas naturais e, assim, as distribuições de poder também se mostram naturalizadas (PISCITELLI, 2009). A autora afirma que a palavra sexo é utilizada tanto pela ciência quanto em uma linguagem cotidiana, referindo-se às questões biológicas, levando as autoras feministas a utilizar o termo gênero para focar na construção cultural e social da feminilidade e da masculinidade (PISCITELLI, 2009).

Joan Scott (1990), uma das mais importantes teóricas sobre a categoria de gênero na história, afirma que a palavra “gênero” surgiu entre as feministas como uma referência ao caráter social das distinções fundadas sobre o sexo, como uma rejeição à ideia do determinismo biológico ligado ao uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Conforme Scott (1990, p. 72),

[...] “gênero” também se referia ao aspecto relacional das definições relativas às mulheres. De acordo com essa ideia, “as mulheres e homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por meio de um estudo separado” (SCOTT, 1990, p. 72).

Ademais, o termo “gênero” é utilizado como sinônimo de “mulheres”, e em muitas publicações sobre as questões femininas este termo foi substituído por aquele (SCOTT, 1990). Para a autora, o uso da expressão “gênero” pretendia indicar um conhecimento e a seriedade de um trabalho, pois esse termo tem um sentido mais objetivo e “e aneutro” do que “mulheres”, possibilitando a sua inserção em termos das ciências sociais e se desassociando da política do feminismo.

Scott (1990) define três principais posições teóricas empregadas nas abordagens de análise do gênero:

[...] A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca compromisso com as críticas feministas. A terceira fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em várias escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1990, p. 77).

Deste modo, ao referir-se a tais abordagens teóricas, Scott (1990) considera a relevância de cada uma delas em alguns sentidos, porém, na sua análise das mesmas, argumenta que nenhuma lhe parece inteiramente utilizável. Deste modo, ela elabora a sua concepção de gênero, com base em Michel Foucault:

[...] Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p. 86).

Segundo Wânia Pasinato (2006), Joan Scott, ao definir “gênero como um elemento constitutivo das relações sociais”, dá ênfase à ideia de processo e de construção das relações de gênero, rejeitando o uso de categorias fixas, imutáveis e universais, propondo a necessidade de se refletir sobre as diversas experiências de ser mulher nos diversos tempos, espaços, culturas e sociedades.

Pasinato (2006), também destaca o “aspecto relacional” da perspectiva de gênero defendida por Scott, o qual compreende dois aspectos. “O primeiro considera que os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino são socialmente definidos um em relação ao outro, e o segundo tem a ver com a internalização dos valores que estão associados a cada um desses papéis” (PASINATO, 2006, p.141).

Sendo assim, ainda que não seja possível estabelecer atributos fixos e universais para os homens e para as mulheres, pode-se refletir sobre as características vinculadas aos papéis sociais definidos para cada um, sempre em determinada cultura e levando-se em conta os atravessamentos de classe e raça, no mínimo.

Pasinato (2006), ainda observa que, nestes atributos, há implícita uma ideia de complementaridade. Para que a oposição dos papéis sexuais socialmente estabelecidos se sustente e seja legitimada, é necessário que tanto o homem como a mulher conheçam e internalizem os atributos dos seus próprios papéis, assim como o do outro. Segundo a autora, “é a internalização que permite explicar quais são os mecanismos de reprodução social da dominação masculina x submissão feminina” (PASINATO, 2006, p.142).

Referindo-se à última parte do conceito de Scott, em que a autora define gênero como “o primeiro modo de dar significado às relações de poder”, Pasinato (2006,

p.143) aponta que essa proposição indica que as relações de gênero “não é o único campo em que o poder se articula, mas têm se apresentado como um campo permanente e recorrente no qual se estabelece a significação de poder no Ocidente, no mundo judaico-cristão e na tradição islâmica.”

Assim, “é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado” (SCOTT, 1990 p.86). Assim, para Pasinato (2006), o conceito de poder formulado por Foucault faz-se o mais adequado para compreender as relações de gênero, sendo que:

[...] o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguém, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1988, apud PASINATO, 2006, p. 144).

De acordo com Pasinato (2006), essa concepção de poder como algo que circula, quando usada nas relações cotidianas, ajuda a entender como tais relações se estruturam, reproduzem, modificam e/ou permanecem inalteradas. Outrossim, pensar sobre relações de gênero como uma das formas de circularidade de poder na sociedade implica em mudar os fundamentos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades, e significa, segundo a autora, pensar essas relações como dinâmicas de poder e não como fruto da dominação de homens sobre mulheres de modo fixo e centralizado: “Implica, sobretudo, em recusar qualquer resquício de determinação biológica ou natural desta dominação, assumindo a configuração histórica e cultural e, portanto, política das relações entre os sexos” (PASINATO, 2006, p.146).

### **2.2.1 Gênero atravessado pela questão de classe social e raça**

É impossível falar sobre gênero sem levar em conta as questões de classe social e de raça, as quais também segregam. Assim, as desigualdades de poder estão organizadas em três eixos: “A litania "classe, raça e gênero" (SCOTT, 1990, p. 73).

Estudos mostram que a diferença de classe social já é uma questão que vem sido discutida desde lutas feministas, onde percebia-se como a classe social dividia as mulheres da classe trabalhadora das que não trabalhavam e buscavam pelo direito

de igualdade em trabalhos iguais aos dos homens de sua classe social mais favorecida (HOOKS, 2018).

Deste modo, cabe dizer que a condição de uma mulher favorecida economicamente não é a mesma de uma mulher de classe trabalhadora. No sentido de busca por igualdade de direitos, entende-se que a mulher da classe trabalhadora sempre trabalhou, e que a submissão masculina do direito ao trabalho vem de um viés de que mulheres economicamente favorecidas, e com grau de instrução maior, visavam e lutavam para inserirem-se no mercado de trabalho, mas com funções iguais a dos homens de sua classe, não buscando trabalhos precarizados. Diferentemente das mulheres de classe trabalhadora, como afirma a autora bell hooks – negra e vinda da classe baixa - no contexto de vida dos Estados Unidos:

[...] Quando a questão foi apresentada como uma crise das mulheres, era de fato uma crise somente para um grupo pequeno de mulheres brancas com alto nível de educação. Enquanto elas reclamavam dos perigos do confinamento no lar, a maioria das mulheres da nação era da classe trabalhadora. E muitas dessas trabalhadoras, que se dedicavam a longas horas de trabalho, com baixos salários, e ainda faziam todo o trabalho doméstico, teriam enxergado o direito de ficar em casa como “liberdade”. (BELL HOOKS, 2018, p.39).

Assim, percebe-se que a mulher da classe trabalhadora já possuía a sua dupla jornada, como nos dias atuais, onde mulheres trabalham, realizam os afazeres domésticos, e muitas ainda ocupam o papel da maternidade. O ser mulher atual vem se modificando, e a concepção dos papéis da mulher também está mudando. Sendo que já observamos algumas mudanças onde muitas mulheres buscam sua independência, apesar da nossa sociedade ainda ser uma sociedade que acredita e propaga a submissão feminina ao homem. Deste modo, entende-se que a classe social em que se está inserida também influencia para a forma que a mulher se constitui como mulher e a forma que seus papéis são construídos.

Contudo, o trabalho em si não libertou a mulher da dominação masculina como se pensava, mas sabemos que se uma mulher é independente economicamente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a “dominação masculina”, quando escolhe libertação, e, por outro lado, quando dependente economicamente, é mais difícil de romper com a relação (HOOKS, 2018).

Helena Hirata (2014), por meio do seu estudo sobre “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, afirma que:

[...] no Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. (HIRATA, 2014, p. 64).

De acordo com a autora, é possível verificar a segregação não só entre homens e mulheres e a diferenciação de gênero, como também a diferenciação entre raças, e que homens e mulheres negras, em sua maioria, ainda ocupam posições de desvantagem no âmbito do trabalho.

Nesta perspectiva, bell hooks sustenta que:

[...] Interações antirracistas entre mulheres são difíceis em uma sociedade que se mantém segregada racialmente. Apesar das configurações diversas de trabalho, a maioria das pessoas ainda socializa somente com pessoas de seu próprio grupo. (HOOKS, 2018, p. 54).

Assim sendo, a questão de gênero atravessada pela questão de classe e raça nos faz perceber como as desigualdades de poder se constituem, a fim de compreender os tipos de violência de gênero que são cometidos contra as mulheres e suas consequências.

## 2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A expressão violência de gênero passa a ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Estudos sobre violência contra as mulheres passaram a usar esta mesma expressão, que é caracterizada principalmente do homem contra a mulher, mas que também pode ocorrer entre dois homens, entre duas mulheres etc. (PASINATO, 2006).

Heleieth Saffioti (1997) propõe o uso do termo violência de gênero como um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos.

O patriarcado é um conceito utilizado por algumas vertentes do movimento feminista para se referir a um sistema de dominação e exploração das mulheres modelado por uma ideologia machista construída histórica e socialmente, que condiciona o homem a dominar e a mulher a subjugar-se a essa dominação. De

acordo com essa perspectiva, a violência contra a mulher seria uma consequência desse processo de socialização machista (SAFFIOTI, 2004), ocorrendo tanto nos espaços públicos quanto nos privados, principalmente quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento submisso que se espera delas.

Deste modo, o termo gênero passou a servir como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino, que se relaciona com determinadas normas, regras e papéis coletivos. Isto demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história numa criação e construção social, induzem a relações violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais diante dos ditames do patriarcado, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação exploração dos homens. Isso faz uma gigantesca diferença. (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Santos e Izumino (2005) trazem que, no exercício da função de “detentor”, os homens foram constituídos a definir a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. O que, segundo as autoras, produz como resultado a violência contra a mulher, concedendo a ele o direito de agredi-la, buscando educá-la para permanecer submetida a essa relação. Para Freitas e Sales (2019), “Violência contra a mulher” é, portanto, uma das formas de “violência de gênero”.

Entretanto, segundo Araújo (2008, p. 3),

[...] No caso da violência contra a mulher ou violência de gênero, pode-se dizer que embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação. Se o poder se articula segundo o "campo de forças", e se homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora de forma desigual, cada um

lança mão das suas estratégias de poder, dominação e submissão. (ARAÚJO, 2008, p.3).

Araújo (2008), apoiando-se no conceito de poder elaborado por Foucault (1988), afirma que o ser humano é relacional e é por meio das suas relações que o poder circula, tanto para mais como para menos, e ainda que se tenha a compreensão da circularidade do poder, pois o poder se dá sempre numa relação, não se pode minimizar o fato de o relacionamento abusivo e a violência de gênero ser caracterizado, naquele momento, como desigualdade de condições de exercer o poder.

Araújo (2008), ainda sustenta que mulheres exercem poder de formas distintas a partir de seus atributos para tal. Neste sentido, podemos dizer que as mulheres que estão em situações de violência de gênero não são isentas do exercício do poder, e se submetem a tais situações de alguma forma, na maioria das vezes por estarem fragilizadas e vulneráveis, e assim, são contidas pelo parceiro a não denunciar, por exemplo. Elas são vítimas da situação de violência a qual são submetidas, porém, não são determinadas a ela, o que lhes abre a possibilidades de dela sair.

### **2.3.1 Consequências da violência de gênero contra a mulher**

Gomes e Fernandes (2018), com base na Lei Maria da Penha apresentam que a violência contra a mulher consiste em quaisquer atos violentos que se baseiem no gênero, que causem ou tenham probabilidade de ocasionar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, incluindo a ameaça para a prática dos referidos atos, a coerção ou privação arbitrária da liberdade em ambiente privado ou público.

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. (ALEMANY, 2009, p. 272).

Cabe ressaltar que as agressões perpetradas pelo parceiro íntimo são mundialmente reconhecidas como uma das formas mais comuns de violência de gênero contra a mulher. Isto quer dizer que a mulher apresenta maior risco de ser

agredida física e sexualmente por quem convive intimamente com ela do que por qualquer outra pessoa (DEEK et. al, 2009).

Inclusive, vale destacar que as mulheres levam algum tempo para tomar consciência da gravidade da situação dentro de suas casas, bem como, há casos que demoram anos para a percepção da situação de violência, visto também que as violências perpetradas por parceiros íntimos, muitas vezes, são vistas como “naturais”, como a violência moral e patrimonial que veremos à frente.

As consequências da violência de gênero para a mulher são variadas e graves o suficiente para demandar uma atuação multiprofissional qualificada, bem como a criação de políticas públicas que visem mulheres em tais situações de violência (CFP, 2012).

[...] Além de provocar doenças crônicas, como dores de cabeça e aumento de pressão arterial, ou sérios danos ao organismo, como traumatismos e deficiências físicas, a violência afeta o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo da mulher. São comuns os sentimentos de insegurança e impotência, a fragilização das relações sociais decorrentes de seu isolamento, e os estados constantes de tristeza, ansiedade e medo. Também é comum o aparecimento de depressão, transtorno do pânico, estresse pós-traumático, e comportamentos e ideias autodestrutivas. (CFP, 2012, p. 71).

Dado o exposto, entende-se que a violência contra a mulher tornou-se um grave problema social. Do ponto de vista legislativo, em agosto de 2006, no Brasil, foi sancionada a Lei 11.340/2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, a qual trata de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

A lei também estabeleceu como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

### **2.3.2 Tipos de abuso e violência perpetradas por parceiros íntimos**

As variadas formas de abuso e violências sofridas por mulheres em relacionamentos íntimos estão inseridas em um contexto de violência de gênero. Elas provêm da consolidação de valores fundados na desigualdade entre homens e

mulheres que foram reforçados ao longo do tempo e influem de maneira intensa no modo em que o homem se comporta em relação a sua parceira, e em como a mesma reage em relação ao seu parceiro.

Para Karen Giffin (1994), a distribuição social da violência retrata a tradicional separação dos espaços entre homens e mulheres, em que o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher é perpetuada geralmente no âmbito doméstico (suas casas), onde o agressor é naturalmente o próprio parceiro íntimo.

Cabe também destacar o enfoque do estudo na violência perpetrada por parceiros íntimos heterossexuais, não descartando o fato que ocorre também em demais relações amorosas gays, lésbicas, travestis, contudo, necessitando de estudos que aprofundem a temáticas nessas áreas.

Os tipos de violência contra a mulher ocorrem nas suas mais variadas tipificações. De acordo com o CFP (2012, p. 65-66), com base na Lei Maria da Penha, podemos conceituar:

[...] Violência contra a mulher - Conduta de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada à mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Pode acontecer tanto em espaços públicos como privados. Também tem se utilizado o termo "violência de gênero" para caracterizar a violência sofrida pela mulher, pelo fato de a vítima ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição.

Violência intrafamiliar ou violência doméstica - Ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação. Geralmente é praticada por um membro da família que vive com a vítima. As agressões domésticas incluem: abusos físico, sexual e psicológico, negligência e abandono. É importante destacar que nas sociedades nas quais impera a visão tradicionalista de gênero, a violência doméstica está estreitamente ligada à violência contra a mulher. (CFP, 2012, p. 65 – 66).

Os tipos de violência referenciados acima ocorrem diariamente em nossa sociedade, todos os dias mulheres são vítimas de agressões físicas, psicológicas e sexuais perpetradas por seus parceiros íntimos, e dentro de suas próprias casas.

Cabe ressaltar que muitas mulheres também em relações abusivas vivenciam formas de violência como a sexual e psicológica, as quais, diferentemente da violência física, tornam-se mais difíceis de comprovar danos psicológicos decorrentes. Para Marie France Hirigoyen (2006), a violência psicológica ocorre quando uma pessoa adota uma série de atitudes e de expressões que visam a aviltar ou negar a maneira

de ser da outra pessoa. Seus termos e seus gestos têm por finalidade desestabilizar ou ferir o outro.

Muitas mulheres entram em um jogo de manipulação por seus parceiros, por exemplo, sentem medo de negar a relação sexual, justamente pelo receio do que possa ocorrer com tal negação. Não obstante, as denúncias feitas por mulheres em situações de violência doméstica, seja ela física ou psicológica, necessitam de acolhimento qualificado feito por profissionais como psicólogos. Neste sentido, ter uma rede de apoio faz toda a diferença para a mulher. O CFP define a violência psicológica, de acordo com a Lei Maria da Penha, como:

[...] Ato causador de danos à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal e emocional da mulher. Pode se expressar pela tentativa de controlar suas ações e valores por meio de intimidação, manipulação, ameaças dirigidas à mulher ou aos filhos. Pode ser impingida por humilhação, isolamento social e familiar, rejeição, exploração e agressão verbal, que podem danificar a motivação, a autoimagem e a autoestima. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 67).

Ainda de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2012, p. 67), podemos definir:

[...] Violência patrimonial - Danos, perdas, subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher configuram esse tipo de violência.  
 Violência moral - Ação que visa à calúnia, à difamação ou à injúria contra a reputação da mulher.  
 Violência física - Ato de provocar lesões corporais provocadas por qualquer ação que ponha em risco a integridade física da mulher.

Vistos tais tipos de violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos é importante destacarmos que a desigualdade existente entre homens e mulheres no centro dos próprios relacionamentos íntimos influencia para reações violentas advindas.

Leila Garcia e Gabriela Silva (2018), retratam que tais comportamentos agressivos, tanto físicos como psicológicos, são provenientes da formação de uma masculinidade baseada na autoridade, na falsa ideia de que as mulheres possuem o dever de servir e de se anular, como vimos anteriormente.

Contudo, cabe ressaltar que, com a criação da Lei Maria da Penha, muitas mulheres todos os dias denunciam tais situações de violência. Entretanto, só denunciar não é suficiente, visto que muitas voltam atrás, retiram a queixa e retornam

para seus parceiros. Diante disso, as indagações que ficam são: O que faz tais mulheres permanecerem com seus parceiros em situações de relacionamento abusivo? Será a dependência emocional? Econômica? Julgamentos sociais? Medo? Como a sua subjetividade foi constituída? Ou até mesmo, será que tais mulheres têm consciência de que o que está havendo dentro de seus relacionamentos é abusivo?

### 2.3.3 O ciclo da violência

A violência perpetrada por parceiros íntimos não acontece esporadicamente, e sim, ocorre frequentemente e torna-se alvo de repetição cíclica. A mesma comporta um ciclo, bem como denominado por Leonor Walker (1979), o “ciclo da violência”. De acordo com a autora, há um padrão de funcionamento em um ciclo de três fases sucessivas: a primeira seria a fase da tensão, a segunda, da explosão, e a terceira e última, a fase da lua de mel. Como retrata Bárbara Soares (2005, p. 23-25):

1º FASE: A CONSTRUÇÃO DA TENSÃO NO RELACIONAMENTO. Nessa fase podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos etc. Nesse período de duração indefinida, a mulher geralmente tenta acalmar seu agressor, mostrando-se dócil, prestativa, capaz de antecipar cada um de seus caprichos ou buscando sair do seu caminho. Ela acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizer as coisas corretamente os incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que “... talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais”. 2º FASE: A EXPLOSÃO DA VIOLÊNCIA – DESCONTROLE E DESTRUÇÃO. A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna inadmissível e tudo se transforma em descontrole e destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que essa é a fase mais curta e que será seguida pela fase 3, da lua-de-mel. 3º FASE: A LUA-DE-MEL – ARREPENDIMENTO DO(A) AGRESSOR(A). Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou. (SOARES, 2005, p. 23 – 25).

Como traz a autora, essas fases ocorrem ciclicamente, e depois da fase da lua de mel, as fases voltam a se repetir sucessivamente.

Contudo, cabe ressaltar que a reprodução desse ciclo tanto pode ocorrer como descrito aqui como não, visto que cada pessoa é única e pode ter reações diversas.

Entretanto, é importante salientar o ciclo da violência para que as mulheres possam identificar tais sinais e situações para romperem com tais relacionamentos abusivos no início (SOARES, 2005).

## 2.4 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Um relacionamento abusivo é caracterizado pelo excesso de poder de uma pessoa sobre a outra dentro de um relacionamento afetivo, no qual um parceiro quer controlar as atitudes e decisões do outro, tentando isolá-lo do restante do mundo (MOREIRA, 2016).

Para Araújo (2008), neste relacionamento, todas as vezes a mulher é coagida pelo parceiro íntimo. Mariana Pinto (2018) afirma que uma relação íntima, quando acrescida de violência, seja ela física, patrimonial, psicológica dentre outras, é considerada uma relação abusiva (PINTO, 2018).

Para Isabela Moreira (2016), algumas características dos relacionamentos abusivos são normalizadas pela nossa cultura, e torna-se difícil para as próprias vítimas entenderem o que se passa com elas, só tomando dimensão da violência quando a agressão, além de psicológica, passa a ser física.

Em tais relações as situações de violência ocorrem ciclicamente e geralmente iniciam de forma sutil, aumentando sua gravidade com o passar do tempo, e podendo esse ser um dos motivos, dentre tantos outros, que explica a permanência na relação, uma vez que a mulher demora para se dar conta que aquilo que ocorre na relação constitui-se como violência (ARAUJO, 2008).

A mídia muitas vezes se coloca também como uma indutora de violência, quando a utilização da imagem do homem e da mulher na publicidade tende a reafirmar os papéis sociais que veiculam a imagem do homem como o provedor e detentor e a mulher como objeto de sua proteção e possessão. Por outro lado, a mulher também pode ser apresentada como dona de casa eficiente e zelosa da saúde e felicidade do marido e filhos, assinalando-lhe um lado frágil e submisso (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Desta forma, os relacionamentos abusivos cada vez mais são romantizados em nossa sociedade, bem como, situações onde o parceiro proíbe a mulher de trabalhar, por exemplo, ainda são vistas como uma forma de zelo e cuidado por ela, e a

confirmação de ele ser o detentor do lar, como era em tempos atrás (ZAMBON; TRISTÃO; MATOS, 2019).

Contudo, como já vimos, a violência que se instala em relacionamentos abusivos comporta um ciclo, e esse ciclo torna-se a se repetir até que alguém coloque um ponto final que, na maioria das vezes, é a mulher.

Conforme Danielle Gomes e Lais Fernandes (2018, p. 2), “normalmente, diante de uma ameaça, a reação de um indivíduo deveria ser a evitação, contudo, no contexto conjugal observa-se a repetição cíclica de ocorrências de violência contra a mulher”.

E diante disto, a pergunta que nós fazemos mais uma vez é: Por que as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta? Um relacionamento abusivo?

Como ironiza Soares (2005, p. 27): “se elas ficam tanto tempo sendo agredidas; se elas denunciam seus parceiros e depois retiram a queixa; se elas não se separam logo é porque devem gostar disso, não têm caráter, são doentes ou covardes”.

Levando esse questionamento a fundo, sabemos que existem muitas razões para uma mulher não conseguir romper com o parceiro em situações de relacionamentos abusivos, como a situação de vulnerabilidade em que se encontra, o medo de romper a relação e todos os empecilhos que isso acarreta para sua vida nos âmbitos sociais, familiares e econômicos. Muitas vezes, ela está isolada da sua rede de apoio, bem como, sempre fica a esperança de que ele “vai mudar”, afinal, é um relacionamento que há afeto, e sabemos que, concretamente, há muitos obstáculos que impedem o rompimento.

Mariana Pedrosa e Valeska Zanello (2016), a partir de uma pesquisa realizada com profissionais de saúde, mostram que muitos profissionais precisam de maior embasamento teórico para lidar com tais demandas nos atendimentos, visto que, em sua maioria, muitos profissionais frente a tais demandas utilizam um discurso voltado pelo senso comum, trazendo levantamentos de que a lei Maria da Penha beneficia as mulheres e criminaliza os homens, por exemplo, sendo que nisso, evidencia-se a falta de embasamento teórico para intervir sobre a temática. O que nos preocupa é: os profissionais de saúde mental estão aptos para atender tais demandas? Têm conhecimentos sobre as políticas públicas existentes? Notificam os casos? Por isso, mais uma vez, a necessidade de estudos que visem maior embasamento para tais profissionais.

### 3 AS MULHERES FALAM SOBRE SEUS RELACIONAMENTOS – ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Neste capítulo iremos ouvir as “Narrativas de Mulheres sobre a permanência em relacionamentos abusivos”. Foram entrevistadas 02 mulheres (32 e 51 anos), que, a fim de preservar suas identidades, serão chamadas por nomes fictícios, Maria e Ana respectivamente. Quanto à autodeclaração das participantes em relação à raça, Maria não quis declarar sua caracterização, visto que não se define como branca, mas também não como parda ou negra. Ana é caracterizada como branca. Ambas estão inseridas em uma classe economicamente desfavorecida, sendo que Maria é estudante e Ana auxiliar de limpeza. Tanto Maria como Ana vivenciaram relacionamentos abusivos, e ambas acreditavam ser o casamento a saída para seus “problemas familiares”.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, e buscando uma coerência com o referencial teórico, foram definidas as seguintes categorias de análise: 1- O ser mulher e a permanência em relacionamentos abusivos; 2- O relacionamento abusivo; 3- O rompimento; 4- Os significados das vivências.

#### 3.1 O SER MULHER E A PERMANÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Nesta categoria, será elencada a ligação entre o histórico do papel da mulher em relacionamentos amorosos e a permanência no relacionamento abusivo.

Beauvoir (1967) traz que a mulher é educada por mulheres, e que o seu destino normal seria o casamento, que as transformaria em objeto da supremacia masculina. Como relata a autora, a maioria das mulheres cresce acreditando que deve casar-se, e que, no casamento, o homem deve ser o detentor do poder, do domínio e da última palavra, colocando o papel da mulher como o “outro” da relação. Leni Gaspari (2003) retrata que advém dos primórdios a ideia de que a mulher seria um ser sem vontade própria. Contudo, como vimos anteriormente, o ser mulher não é universal, e apesar da nossa sociedade propagar a ideia de submissão da mulher ao homem, muitas mulheres estão sendo incentivadas a buscar sua independência, e a inserir-se no mercado de trabalho, onde, muitas mulheres são chefes de família, contudo, a dominação masculina é algo que ainda se mostra intacta (HOOKS, 2018).

Deste modo, podemos elencar uma fala de Maria que relata: “*ser mulher é sobreviver*”, e que nos remete a pensar o quão difícil ainda é ser mulher nos tempos atuais, e como, sim, muitas vezes as mulheres lutam para sobreviver em todos os âmbitos, e dentro de um relacionamento não é diferente. Quando questionada sobre o que é ser homem: “*ser homem é maravilhoso! É o que domina, então ser homem é dominar, é ter o poder, então eu não consigo desassociar (...)*”. Nesta fala da participante fica evidente como há a desigualdade de gênero e como, infelizmente, ainda a mulher é vista como inferior ao homem, como veremos nesta outra fala:

*Eu não consigo ver de outra maneira, a gente sobrevive, e pode ser que tenha relação com o meu contexto econômico e com a minha criação, porque eu acredito que eu represento a classe de onde eu venho (...) é, eu não sei, enfim, mas eu não consigo ver outra perspectiva para a mulher a não ser sobrevivência, porque em toda dinâmica desde a adolescência, em que tu começa a te ver como mulher, o teu pensamento é ter um homem (MARIA).*

Deste modo, fica evidenciado como a questão de classe social também influencia na forma que a mulher se vê e como se constitui em busca de ter um relacionamento, um homem, e o papel que esse homem deve ocupar é de prover, cuidar e proteger, como ela mesma relata em sua outra fala: “*eles têm que ser macho, o provedor, o que nem sempre acontece porque, na grande maioria, a gente vê que nem provedores conseguem ser*” (MARIA).

Contudo, em uma relação abusiva, a busca por essas características em um homem pode levar a relações onde ocorre o contrário, pois o que parece “proteger”, na verdade, é uma forma de afastar a vítima da sua rede de apoio; o mesmo para o que parece “prover”, quando a mulher se torna sua dependente afetiva e econômica e, como foi o caso de ambas as entrevistadas, esse é um dos motivos que as fizeram permanecer por anos na relação. Maria e Ana contam, em suas narrativas, que foram dependentes dos maridos; Maria, que era estagiária na época e não tinha condições de romper com a relação, e Ana, que ficou por 27 anos sem ter sua independência financeira (sendo do lar) e dependendo do ex-marido, sofrendo violências de cunho psicológico, físico e patrimonial.

As diferenciações entre os papéis de homem e mulher se tornam evidenciadas nas falas das participantes da pesquisa trazendo-as à tona. Ana não foge muito desta questão quando diz também sobre o papel da mulher, que

*[...] A gente tem o nosso papel, que é muito importante, mas eu acho que ainda somos vistas com diferenças pelos homens, por próprias mulheres e acho que a sociedade espera sobre a mulher muita coisa. Às vezes a gente não consegue suprir essas expectativas (...). (ANA).*

E, neste sentido, Maria relata que:

*A mulher é vista como a heroína, a guerreira e cansa ser essa guerreira porque tem que dar conta de tudo, de brigar por direitos, “ah, vamos revolucionar o mundo”... e tem que revolucionar o mundo e continuar sendo mãe, e continuar sendo a bonitinha que faz a sobancelha, a bonequinha, porque a gente também precisa estar apresentável, precisa ser a que estuda, mas também tu não podes esquecer que tu tens que limpar a casa, lavar a roupa, cozinhar (...), e mesmo que a gente se revolte e diga “não, não sou, eu não quero”, e por mais que diga que temos que ser parceiros, ah, dividir as tarefas, é geral assim, e eu percebo que tenho filhos adolescentes e tento ao máximo ensiná-los a igualdade, e o que não é fácil, porque eu tenho um menino e uma menina, então, até nessa dinâmica é difícil, porque eu percebo que o menino não me enxerga como autoridade e eu tenho sempre que estar reafirmando a minha autoridade e eu não vejo outra explicação a não ser o gênero, então é exaustivo. (MARIA).*

Fica evidenciado como ambas percebem essa diferenciação entre homens e mulheres e a forma como a desigualdade de gênero, que acarreta posteriormente a violência, começa desde a infância, quando se constitui pela sociedade os papéis estabelecidos de cada um. Bem como, em tais falas, evidencia-se também como o sexismo é presente em nossa sociedade não só por homens, como por mulheres, e vai ao encontro com o que sustenta bell hooks (2018), que o feminismo não é ser anti homem, e sim ser contra o sexismo, que muitas vezes também é encontrado em ações e pensamentos de mulheres.

Beauvoir (1967, p. 8) diz que “educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem”.

As diferenças entre homens e mulheres são consideradas naturais e, deste modo, as distribuições desiguais de poder também tornam-se naturalizadas (PISCITELLI, 2009).

*Ao mesmo tempo que a gente tem que se afirmar, eles não precisam fazer isso, tudo caminha a seu favor, sabe... Claro, eles têm que ser macho, o provedor (...) que nem sempre acontece porque, na grande maioria, a gente vê que nem provedores conseguem ser, nem sei definir ao certo. É como se a mulher estivesse abaixo do homem e isso já tá posto e não é uma coisa que me agrada, mas porque não é só o homem, há machismos que, é até contraditório falar machismo, mas é que a cultura de viver a gente repete*

*algumas coisas, mas eu percebo que a gente ainda está em desprivilegio nesta hierarquia e ainda falta muito. (MARIA).*

Ana, ao falar sobre o papel do homem na sociedade, relata que: *muitos homens ainda são vistos como os “machões’ (...) Mas é porque são vistos como os bons que trabalham. E a mulher... bom, como eu fui dependente por quase 27 anos, não é vista igual”.* (ANA).

Podemos perceber como, nas falas das participantes, fica destacada a desigualdade de gênero, e como, sim, os homens são vistos ainda em vantagem em relação às mulheres.

Como veremos em seguida, esta construção cultural acarreta o desencadeamento de abusos, como ocorre com tantas mulheres e ocorreu com as participantes.

### 3.2 O RELACIONAMENTO ABUSIVO

Quando adentramos no relacionamento vivido pelas mulheres participantes, o enfoque foi ouvir suas histórias e então, a partir delas, compreender desde o início da relação abusiva, das violências de gênero, até o ciclo da violência em questão, levando-nos a buscar compreender como inicia, se intensifica, e as reações das participantes antes, durante e após tais abusos, enfim, compreender a experiência vivida.

A Lei 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) define como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Em nossa pesquisa foram identificadas e relatadas pelas mulheres, em seus relacionamentos, violências que se enquadram entre diversas formas descritas na referida lei.

O início dos relacionamentos de Maria e Ana já tinham sinais de uma relação abusiva, porém, de forma sutil, como retrata Maria:

*Quando eu entrei no relacionamento eu era muito constrangida. A gente tava caminhando na rua, alguém me olhava, ele retrucava o cara: “tá olhando o quê?”, isso me deixava mal e desconfortável, mas, em um primeiro momento, eu pensava “ah, ele tá me protegendo e não quer que nem me olhem”.* (MARIA).

E foram se intensificando:

*(...) depois tu não estás mais indo onde ias, não tens mais amiga solteira, depois tu tens filhos, aí tu já vives a vida de mãe e de esposa, porque não podia trabalhar naquela época, eu parei de estudar no primeiro ano do ensino médio (...), então é todo um território favorável para essas coisas acontecerem, e já vai se estabelecendo um domínio quase que natural das condições, e claro, entra nas condições econômicas. (MARIA).*

*(...) no começo era sutil, era cortar relações, eu só ia onde ele ia, entende, algumas coisas de roupa, as coisas começaram a ficar ruins quando, de fato, eu já não estava mais satisfeita com a relação e eu comecei a insistir na mudança, e não era mais uma conversa porque já tinha desgastado e eu era calma, serena e pacífica. (MARIA).*

Maria, quando diz que era calma, serena e pacífica se refere que o ex-marido era usuário de drogas, e que ela sempre lhe pedia que parasse de forma tranquila e compreensiva, até que percebeu que não melhorava, então começou a insistir em uma mudança, onde começavam as brigas que evoluíam para abusos.

O relato de Ana também vem por esse viés de sutilidade no início, quando diz:

*(...) no namoro ele já era meio grosseiro, por exemplo. A gente saía e ele me beliscava porque ele achava que eu olhava para os outros homens. Eu achava que aquilo não era, mas eu me conformei com aquilo porque eu o amava. (ANA).*

*(...) aos poucos foi aumentando. Tinha empurrão em cima do sofá, em cima da cama, tapas... as agressões iniciavam, qualquer coisa ele já me chamava de retardada, de louca, aquilo me doía, parecia melhor por um tempo, mas nunca melhorava. (...) (ANA).*

Levando em conta tais falas, percebe-se que os abusos e violências iniciaram de forma sutil e foram aumentando com o tempo. E foi ocorrendo cíclica e repetidamente, como traz Walker (1979), no Ciclo da Violência que se repete.

Deste modo, elencando as violências vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa, percebemos que a violência psicológica aparece por meio de insultos, humilhações, rejeições e ameaças, como trazem as participantes:

*Me chamava de vagabunda, me trancava dentro de casa e dizia que eu ia para faculdade para ir atrás de macho (...). Ele me trancava dentro de casa, escondia a chave, dizia que não era lugar, mas ele não me agredia ainda, mas depois, quando a gente começou a brigar, ele ficava me peitando, coagindo, com dedo no meu rosto, de falar, de ameaçar nesse tipo, e eu lembro muito dessas cenas. (...). Ele me ameaçava, dizia que ia me matar. (MARIA).*

*Ele me chamava de mulher do diabo, que eu era louca, isso era diariamente, que eu era retardada, que eu devia estar no Sanatório, que ele ia me internar;*

*a minha filha com três anos contou para minha mãe que viu ele me batendo, ele falava que ia me devolver. Eu me sentia tão pequena e humilhada porque ele me humilhava na frente da família dele, eu falava um A, ele falava um B (...) ele não deixava nem eu chorar (...) à noite a gente deitava, eu queria chorar, ele mandava eu calar a boca (...) ele passava meses sem me tocar e eu me sentindo ainda mais rejeitada. (ANA).*

Ana também relata muitas traições, e que aceitou as traições, o que, de certa forma, também se enquadra na violência psicológica, como retratado acima. Hirigoyen (2006) afirma que na violência psicológica os termos e gestos têm por finalidade desestabilizar ou ferir o outro.

A violência sexual é narrada tanto por relações contra a vontade da mulher, como por ameaças após o “não” da relação, como retrata Maria:

*Eu estava lá com febre e ele queria transar, e eu disse que não, e ele não respeitou, ele prosseguiu e fez o ato e eu estava tão fraca que eu não consegui sair dali (...) teve uma outra vez que ele quebrou o fogão porque eu disse não, deu um soco e quebrou o vidro do fogão, então foram situações assim, sabe, que eu acho que é muito abuso, fora os pequenos abuso. Não é porque eu sou mulher que ele tem direito de colocar a mão na hora que ele quer, às vezes eu quero dormir, não quero sexo. E ele acha que tem o direito de fazer isso, mas ele não tem, acha que ele pode botar a mão, pode mexer quando ele quiser, aí tu tens que estar disponível e se tu não quiseres é porque tu tens outro, ou esfria, ele já me chamou de lésbica. Ah, se eu fosse! (...) outra vez ele me parou na parada de ônibus, colocou a mão dentro das minhas calças para ver se eu estava molhada. (MARIA).*

Já no caso da Ana, o que ocorria era a rejeição e a falta de procura sexual, como ela retrata nesta fala: “um ano dormindo juntos sem nada e eu me sentindo cada vez mais rejeitada”.

*(...) chegou em casa para noite de núpcias e me ajudou a tirar o vestido, tudo aquilo que você já sabe, e ele deitou do lado e dormiu, aí eu pensei assim “nossa, deitou de lado e dormiu”, sabe, na nossa primeira noite casados. (ANA).*

Nas entrevistas também foram relatadas violências patrimoniais, onde houve retenção de objetos e valores a fim de deixar a vítima cada vez mais dependente financeiramente:

*Eu não tinha acesso ao dinheiro, dependia totalmente financeiramente dele, eu nunca soube o quanto ele ganhava, todo mês era cortada minha água e energia (...) eu não sei onde o dinheiro dele ia, nunca soube. Era muito dependente, eu aceitava mesmo as traições por isso (...). Sobrou um dinheiro, ele vendeu um apartamento, eu não vi esse dinheiro, ele já tinha sumido com o dinheiro e eu não sei nem para onde foi. (ANA).*

*Eu comecei a trabalhar e vi que o esforço era só meu começava a sumir dinheiro e eu não entendia, tudo que eu conseguia era do meu esforço. (MARIA).*

A violência física foi relatada por ambas as mulheres, se apresentando a elas e também, como no caso de Maria, a seus filhos:

*(...) quando ele voltou, ele voltou muito alterado e eu percebi que, ele estava muito estranho, não estava falando coisa com coisa, aí eu tentei entender e nisso que eu estava tentando entender e fazer perguntas para ele, a menina e o menino [filhos] começaram a brigar por causa do controle da TV e assim foi um excesso de ódio que ele começou a xingar eles e ali eu senti que iria ter outra violência. Aí eu peguei eles e falei “não vai ser, calma aí que eu vou dar uma volta para dar um tempo”, porque eu vi que ele estava muito alterado, nisso ele não gostou e ele “volta aqui, volta aqui”, e eu fui e a gente estava acho que uns 500 metros de distância entre um e outro da porta para o portão e quando eu saí eu nem olhei para trás; daqui a pouco, quando eu olhei para trás, ele estava com um pau na mão desse tamanho aqui ó, atrás e gritando “volta, volta para casa” e eu comecei a ficar nervosa. Aí eu peguei e desci a rua para outro lado, no que eu desci a rua, uma vizinha viu ele atrás de nós e ela pegou as crianças, aí que ele ficou enfurecido porque ele não usou o pau, mas ele estava ameaçando, estava desequilibrado, dava para ver, e quando ele bota as crianças para dentro do pátio, ele vem, me puxa pela blusa e começou a me agarrar e me puxar para casa e eu “não, não vou, não vou” e toda aquela situação começou a me deixar fora de mim porque ele chegou a puxar tanto que ele rasgou minha roupa e eu fiquei só de sutiã no meio da rua, aí quando ele começa a discutir com a vizinha eu corro na direção contrária, e no que eu corro ele corre atrás e eu tive muita sorte que a polícia estava passando, então a polícia o abordou (...). Outra vez começamos a discutir, ele me pegou pelos cabelos e a minha filha mordeu ele, no que ela mordeu, ele deu um soco no peito dela, então, dessa vez os vizinhos chamaram a polícia e dessa vez eu dei seguimento, coloquei a medida protetiva. (MARIA).*

Neste sentido, Ana relata que as violências físicas aconteciam desde antes mesmo do casamento, como relatado já anteriormente, haviam beliscões por ciúme, empurrões em cima da cama e sofá, contudo, com o passar do tempo as agressões foram se intensificando de forma crescente e sem motivos para tal (ainda que podemos pensar que nenhum “motivo” justifica uma agressão):

*As agressões iniciavam sem motivo. (...) eu cozinhava, lavava, passava e limpava, e limpava, limpava, eu acho que eu limpava tanto para fugir disso porque quando eu limpava a casa eu não pensava, aí cuidava dela e a vida foi passando, e se passaram 27 anos de casamento (...) (ANA).*

Moreira (2016) mostra que algumas características dos relacionamentos abusivos são normalizadas pela nossa cultura, e torna-se difícil para as próprias vítimas entenderem o que se passa com elas, só tomando dimensão da violência

quando a agressão, além de psicológica, passa a ser física. Controlar as atitudes e decisões do outro, tentando isolá-lo do restante do mundo é um indício de relação abusiva (MOREIRA, 2016). E é o que acontecia com as participantes da pesquisa.

Duas histórias distintas, mas com algo em comum; duas mulheres que se reorganizaram e conseguiram sair dessa situação de violência, por mais que o processo de rompimento com a relação não tenha sido fácil.

### 3.3 O ROMPIMENTO

Ambas as entrevistadas percorreram caminhos distintos até o rompimento da relação. Porém, há algo em comum entre a entrada na relação, que foi o que as motivou a se casarem tão cedo, e o que as fez permanecer: a falta de rede de apoio, bem como o fato de estarmos inseridos em uma sociedade que inviabiliza, reproduz e negligencia as violências

Ana relata que não teve uma rede de apoio familiar, e que era acostumada com o ambiente violento desde a infância, pois apanhava muito, e este, segundo ela, foi um motivo que a fez sair de casa logo: *“como eu tive uma infância muito difícil, adolescência e juventude também, aos 18 anos eu disse para minha mãe: “quando eu fizer 18 anos eu vou me mandar, tu não me mandas mais” (...). Então ela disse isso a mãe antes de completar 18 anos.*

Já Maria relata que seu núcleo familiar sempre foi de histórico psiquiátrico e que não teve rede de apoio; aos 13 anos já teve que se tornar independente por ser abandonada pelo pai e a mãe não conseguir dar assistência necessária; desta perspectiva, a gravidez na adolescência foi o que a fez casar jovem:

*Minha mãe tem adoecimento mental, minha avó também tinha, então é uma estrutura familiar bem fragilizada (...) minha avó faleceu sem acompanhamento e minha mãe, após o divórcio, nunca mais teve uma vida saudável no sentido de autonomia, de se colocar no mercado de trabalho, de correr atrás de objetivos... Então eu com 13 anos já estava dona de mim, e vendo agora como aconteceu, eu percebia como já era esquecida em vários aspectos, ela [a mãe] não conseguia dar assistência assim, então eu sou filha de mãe solo também, meu pai, desde que eu tinha um ano e oito meses, ele me abandonou, não porque não tivesse condições econômicas, mas por livre e espontânea vontade, se ausentou mesmo (...) Nisso, eu entrei na adolescência, casei, assim, muito rápido, foi por causa da gravidez na adolescência, foi tudo muito rápido, acabei casando, ele era mais velho 23 anos, eu tinha 14 para 15, aí engravidei com 15 (...). (MARIA).*

Ao falar sobre a relação familiar e social, ambas não possuíam relações sólidas de amizade e familiares a ponto de influenciar a romper com a relação. Ana relata que:

*Minha relação com minha família era péssima, com a família dele também, ninguém tinha conhecimento do que acontecia, a questão com amigos, às vezes ele viajava comigo, com os amigos, mas também ninguém sabia do que acontecia, das humilhações (...) às vezes eram na frente deles, mas nem sempre; (...) trabalho, eu não trabalhava, fui começar a trabalhar quando ele me deixou, quando a situação já ficou crítica, então eu sempre fui muito dependente dele e lazer nós tínhamos muito pouco (...) eu não tinha amizades, eu era muito dependente, e não tinha com quem conversar. (ANA).*

E Maria diz que os amigos que tinha eram casados e “sempre vinculados a ele (...) eles não tinham conhecimento do que acontecia”. (MARIA).

Nas falas das participantes mencionadas acima, fica explícito como não havia uma rede de apoio ampla para que elas conseguissem se apoiar durante o relacionamento, tal como retrata Ana, a mesma já estava acostumada com um ambiente violento desde a infância, pois sempre apanhou de seus pais, onde se conformou com a situação, pois é como se fosse naturalizada a violência por ela.

O estudo realizado por Gonçalves et al (2011) mostra a importância do apoio social nas situações de vulnerabilidade social. Os autores sustentam que o apoio social é estratégia essencial no enfrentamento da situação vivida.

O processo de rompimento da relação para Maria teve idas e vindas, denúncias feitas e retiradas; ela denunciou o parceiro por diversas vezes, mas não deu continuidade. Maria afirmou sentir “uma sensação de culpa” por ter denunciado, sendo que em uma fala ela relata que se preocupou mais em o que ia acontecer com ele do que com sua proteção: “(...) na hora a minha preocupação era que ele não largou o pau e que a polícia ia acabar com ele”. Como no estudo de TCC de Rose Méri Nietto (2009), com o título: “Mulheres em situação de violência doméstica e familiar: Concepções de si. Um estudo existencialista sobre gênero”, as mulheres participantes da pesquisa também registraram o BO e tiraram a queixa...

Maria relata como foi uma das vezes que denunciou e não deu prosseguimento:

*(...) a polícia veio e pediu que eu fosse na delegacia, e assim, ele era muito simpático, né, aquela pessoa simpática que agrada as pessoas, e aí a vizinha do lado falava “não deixa ele ir preso, ele é bom”. Aí eu cheguei lá e pensei “meu Deus, eu vou deixar ele preso, não vou deixar ele preso, o que que vai acontecer” (...) a delegada começou a me pressionar. (MARIA).*

Maria relatou que é como se a delegada a visse como “a mulher que apanha e gosta”, pois questionava várias vezes se deixaria ele ir preso ou não, alegando que, caso não deixasse, ele a mataria, mas que em nenhum momento a acolheu, mesmo sendo uma delegacia da mulher.

*(...) eu não sabia o que ia acontecer se eu deixasse ele ir preso, quanto tempo ele ficaria preso, e depois ele ia voltar para casa, como que ia ser? Eles não fazem questão de te explicar nada, porque ele já foi pego em flagrante, então ele ia ficar lá, aí eu não levei adiante o processo, eu não sei o que que eu não fiz, eu só não dei o seguimento, e eu disse “não, deixa eu ir embora”, depois eu não sabia o que ia acontecer com ele, mas eu fui embora e ele ficou, ele ficou um dia preso, depois disso ele foi para casa dos pais dele. (MARIA).*

Neste sentido, Maria relata que ao não dar prosseguimento, ela voltou para sua casa, e sua mãe foi para ficar com ela, porém, ela possui transtorno bipolar, sendo que o transtorno dela era difícil, pois ocorriam surtos psicóticos. Ela relata que nesta situação já estava fragilizada e foi ainda pior, pois havia a questão econômica também “(...) eu só fazia um estágio, ganhava R\$ 500,00, aí eu acabei voltando para ele depois de 6 meses”:

*(...) durante 6 meses eu fiquei separada, mas foi pior porque ele me ligava mais de 100 vezes por dia. Ele me ameaçava, dizia que ia me matar, ficava alucinado, ia lá na frente de casa ver se eu estava dentro de casa, dizia que me via nos carros por aí com outros caras (...) e naquela situação eu acabei voltando para ele. (MARIA).*

Nesta situação, fica explícito como a questão econômica pesou na retomada da relação. E não só isso, como também o fato de Maria vivenciar um conflito com a mãe, que, segundo ela relata, não tomava as medicações e entrava em surto psicótico, o que a fez se questionar o que era menos pior: “eu tive uma situação assim, o que é menos pior? olhando todos os aspectos, ainda era o meu agressor, então voltei para ele (...).

Mais uma vez, percebemos como a rede de apoio se faz importante para sair de uma relação abusiva.

Contudo, cabe enfatizar que Maria conseguiu dar prosseguimento na denúncia, mas para que isso ocorresse foram necessárias três tentativas, na última, como relembra ela, o ex-marido agrediu a ela e a filha junto:

*Teve um dia que ele chegou a me dar empurrão, ficou me empurrando, aí eu pensei: “não vai melhorar!” (...) tínhamos alugado uma casa e eu comecei a*

*dizer “eu não vou sair daqui porque foi eu que assinei, foi eu que aluguei”, aí começamos a discutir e então ele me pegou pelos cabelos e a minha filha mordeu ele (...) ele deu um soco no peito da minha filha... então, dessa vez os vizinhos chamaram a polícia e dessa vez eu dei seguimento e coloquei a medida protetiva. (MARIA).*

Percebemos então a violência contra filhos/as como uma das questões que podem potencializar a possibilidade de ruptura.

Ainda sobre esta denúncia, Maria conta que na delegacia teve aquele movimento: *“tô aqui de novo”, só que o fato de a policial tê-la compreendido a delegacia, ela pensou “eu não vou mais voltar aqui, não, por isso” (MARIA).*

Tais relatos trazidos por Maria também nos remetem a questionamentos respondidos na prática em como faltam capacitação e acolhimento nas delegacias para mulheres vítimas de relações abusivas, e como ainda, infelizmente, muitos profissionais veem a denúncia dada e tirada como a “mulher que apanha e gosta”. Sendo que, como vimos, existem muitos fatores que fazem a mulher tirar a queixa, como o medo, a falta de informação, a culpa, a falta de recursos financeiros para se manter e manter os filhos, dentre outras questões.

Meneghel et al (2011) salientam que o registro da ocorrência em uma delegacia torna a agressão um fato público e configura, juntamente com a decisão de romper o silêncio e denunciar, o início oficial do caminho de rompimento com as agressões, mesmo que essas mulheres já estejam vivenciando a violência há bastante tempo. As autoras expõem as críticas que encontraram ao que convencionaram chamar de “setor policial”, no que se refere às limitações e à abrangência da atuação dos operadores das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), pontuando que o referido setor é tido, tradicionalmente, como negligente na proteção

efetiva de mulheres em situação de violência (MENEGHEL et al, 2011). De acordo com Villela et al., (2011):

*[...] As atitudes inadequadas dos profissionais reproduzem os preconceitos e as posturas sexistas que permeiam as relações sociais entre os sexos e perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres. Isso reforça a experiência emocional de vulnerabilidade nas mulheres agredidas, criando um círculo vicioso entre violência interpessoal e violência institucional, e impede que os serviços cumpram a sua vocação de interromper a cadeia de produção de violência. (VILLELA et al, 2011, p. 122).*

Do mesmo modo, a Lei Maria da Penha, embora expresse claramente tanto as penalidades previstas para os crimes cometidos contra mulheres, quanto institua

medidas protetivas para manter o agressor distante da mulher, não garante que a integridade física e psicológica da agredida será preservada, tendo em vista que a existência da lei não assegura que ela será cumprida pelos agressores (MENEGHEL et al, 2011).

Já no caso de Ana, o rompimento da relação ainda partiu do ex-marido, e o B.O. só foi feito após o término da relação, mediante ameaças:

*Então, assim, ele me deixou, aí ele mudou para o quarto da minha filha aos pouquinhos, só tirando as roupas dele, quando eu vi, não tinha mais nada, veio com o papel do divórcio para assinar e assim foi, e ele foi embora com a amante, ele teve um filho com essa nova mulher (...). (ANA).*

*Foi registrado um B.O. contra ele, porque ele disse que quando eu fosse mudar da casa em que eu estava para ir com João [nome fictício], meu atual namorado, ele disse que ia dar m\*\*\*\*, mesmo ele já estando com a atual mulher dele, ele não aceitava o fato de eu estar namorando e morar com outro cara, tanto é que me mandou mensagem e depois de um tempo (...) eu registrei B.O., só que o que foi feito foi só uma medida protetiva. (ANA).*

Maria ainda relata que:

*(...) é como se a sociedade gritasse assim: “Ah tu queres sair dessa condição de submissa, então quero ver tu dares conta!” Tudo que tu vais buscar no serviço público, nada funciona, sabe o que é nada, é nada (...) por mais que tu pregues “eu sou mãe solo, eu tô sobrecarregada”, tu tens que contextualizar e sensibilizar, é como se tivesse falando ao vento porque nada muda (...). (MARIA).*

Com tais falas podemos perceber que o rompimento com a relação não ocorre do dia para a noite, e como no caso de Ana, nem por ela aconteceu, sendo que, como mostrado anteriormente, ele a deixou para ir morar com a amante, a deixando ainda mais fragilizada nesta situação, acirrando ainda mais seu sentido de desvalor, tão presente ao longo dos 27 anos de sua relação.

Deste modo, cabe aqui elencar a necessidade de cada vez mais informação e apoio para mulheres em tais situações para que possam se conscientizar e, quando enfim tomam a decisão, terem formas de sair da relação com segurança.

### 3.4 OS SIGNIFICADOS DAS VIVÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

Buscou-se compreender os significados que as mulheres atribuem às vivências e à permanência nos relacionamentos abusivos.

Deste modo, podemos elencar como um dos fatores que fazia com que as mulheres permanecessem a religiosidade, como vimos na fala de Ana:

*Eu tinha crises de ansiedade horríveis (...) tinha sensação de morte a todo instante do relacionamento e eu sou católica, confio muito em Deus. Eu me apegava muito a isso, na religião, e acho que também por isso que eu não saía desse relacionamento. Porque o casamento era sagrado. (ANA).*

A crença religiosa propaga a ideia, muitas vezes, de que aquilo é suportável, pois o “amor tudo suporta e tudo perdoa”. Desta maneira, no caso de Ana, quando pensava em separar-se pensava na questão religiosa, do sagrado do casamento, que é até que a morte os separe, bem como a esperança de mudança do companheiro, acreditando que, por meio de sua fé, seria possível que as coisas melhorassem.

Deste modo, como já mencionado anteriormente, a nossa sociedade continua sendo subordinadamente uma “cultura cristã” (HOOKS, 2018, p. 13).

Neste mesmo sentido de construção cultural adquirida, Maria relata que:

*Tu vais fazer uma análise do tipo “ah, eu me separei”...aparentemente era para ser melhor, mas, em alguns sentidos, é pior. Entende? Então acho que talvez é uma grande questão que faz as mulheres ficarem e que me deixou por muito tempo viver o que eu vivi (...) foi um abandono paterno e eu pensava “vou estar desamparada como minha mãe esteve” e de fato isso vai acontecer se eu me separar. (MARIA).*

Essa questão vai ao encontro das ideias de Beauvoir (1967), de que o destino da mulher é o casamento, e que a construção social faz com que as mulheres se constituam de forma a acreditar que são dependentes do homem e que, ao ficarem sozinhas, estarão desamparadas, mostrando uma dependência afetiva. No caso de Maria, esta construção é ainda mais enfatizada pelo fato de ter sido criada sem o pai, que abandonou a família, e ela não queria repetir essa situação.

Ainda neste sentido, Maria relata: “o que me fazia ficar, primeiro, era o ideal de família e com as reflexões que eu mesma fiz, eu tinha ideia de família, que era pai e mãe junto. (...) Porque eu não tive pai e mãe junto”. (MARIA).

Assim, Maria não queria separar-se e deixar também seus filhos “sem pai”, sendo que a culpa a perseguiu por muito tempo se havia feito a escolha certa, conforme relata: “(...) eu tinha muita culpa e começava a questionar a minha própria sanidade (...) e a culpa me acompanhou por um bom tempo (...) pensava se eu não tinha exagerado, se eu fiz a coisa certa, se precisava tudo isso”. (MARIA). Novamente,

não conseguindo viver seu ideal de família, sente-se culpada, como se dela dependesse totalmente esta situação.

Um outro ponto trazido pelas mulheres foi a forte dependência afetiva e econômica que as fazia permanecer na relação.

*Eu era muito dependente economicamente, tinha medo de meus filhos sofrerem o que eu sofri, eu não queria isso, então era um sofrimento dobrado pensar que eu ia ter que passar por isso e ver eles passarem junto (...)  
(MARIA).*

*Eu era muito dependente afetivamente, financeiramente, não trabalhava, (...) não tinha uma rede de apoio e o pior de tudo é que era acostumada com o ambiente violento, então fui me conformando, e tão dependente a ponto de não querer sair, porque eu já tinha sido chamada na infância de tanta coisa (...), eu casei para fugir daquilo e pensa “eu estava vivendo ainda pior”, só que eu era dependente dele afetivamente, financeiramente, eu não trabalhava fora (...). (ANA).*

Ainda quanto aos significados que ficaram para as mulheres de tais relações, ambas tiveram sua saúde mental afetada, fazendo uso de medicações por conta do desencadeamento de transtornos de ansiedade e depressão. Ana relata que teve depressão, fez uso de medicamentos em consonância com terapia, sendo que chegou a pesar 43 quilos, como consequência da relação abusiva.

Já Maria, além de depressão, também teve crises de ansiedade que, segundo ela, a deixaram improdutiva, bem como atrasaram a sua formação acadêmica, sendo que está há mais anos que o esperado para se formar devido aos acontecimentos. Maria afirma que: *“por conta de todos esses conflitos, essa dinâmica familiar que me impossibilitou de estar me formando e atuando, né”.* (MARIA).

Fora as mudanças de comportamento, como relata Maria:

*Eu percebo que, para mim, para minha saúde mental, ficou muito, assim, do estresse das cargas explosivas, eu era muito tranquila, muito calma e hoje eu por qualquer coisa me irrita, hoje eu sou explosiva e às vezes eu penso “nossa, eu não queria ser assim” (...). Às vezes eu tenho acesso de raiva, assim de xingar, isso não é normal, eu fiz terapia até início do ano no Acolher [Programa da UNESCO que visa cuidar da saúde emocional e psíquica da comunidade interna e externa da Universidade], mas ela me deu alta, eu não queria, mas ela me deu, (...) mas assim, lembrar do constrangimento da relação me traz um desconforto (...) eu estou escrevendo sobre isso e eu achava que estava tudo bem, mas às vezes eu consigo acessar e dói, sabe, ver as situações que eu vivi é horrível porque é silencioso, muita coisa a gente passa sozinha, e mesmo sendo mulheres também não vão entender, porque não são todas as mulheres que vão te acolher, a maioria vai te julgar.  
(MARIA).*

Contudo, cabe ressaltar que ambas as mulheres conseguiram sair de tais relações e hoje se colocaram no mercado de trabalho, aproveitando as oportunidades e buscando dia após dia tentar apagar as marcas de tamanha dor e sofrimento.

Maria é estudante universitária e está prestes a concluir a sua graduação e inserir-se no mercado de trabalho através de sua futura profissão. Ela atualmente mora com os filhos e inseriu-se em uma nova relação amorosa. Já Ana trabalha como auxiliar de limpeza em um supermercado, e também casou-se novamente, com João (nome fictício); com suas filhas encaminhadas economicamente, hoje entende o processo de rompimento com a relação como uma forma de abertura para a vida e de buscar ser feliz.

Maria hoje se vê como uma pessoa que está “catando as oportunidades que aparecem”, como ela mesma diz, contudo, enfatiza que a culpa, a insegurança e o medo de confiar nas pessoas se faz muito presente após o rompimento da relação.

De modo geral, apesar das marcas que ficaram, percebe-se que ambas têm consciência de que era uma relação abusiva e concluem que a dependência afetiva, econômica, em consonância às construções sociais e religiosas, foram os motivos que as fizeram permanecer. Felizmente hoje ambas estão se reconstruindo enquanto mulheres, e enquanto sujeitos na sociedade, se tornando cada vez mais protagonistas de suas próprias histórias.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o que leva mulheres a permanecerem em um relacionamento abusivo não é tão simples, visto que cada mulher possui sua subjetividade e está inserida em um contexto social.

Neste sentido, a pesquisa em questão possibilitou à pesquisadora uma maior compreensão sobre o que fazia tais mulheres permanecerem na relação, respondendo, então, ao problema de pesquisa de como se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos? Fica explícito que a permanência de mulheres em tais relacionamentos ainda é fortemente influenciada pela questão de gênero em consonância com a construção cultural na qual homens e mulheres são constituídos, e atribuídos aos papéis de cada um. Esta diferenciação entre ambos se direciona a que o homem seja o dominador e a mulher a dominada da relação. Neste sentido, se a relação é construída, também cabe enfatizar que ela pode ser desconstruída a partir do momento que se toma consciência de que violências não podem ser naturalizadas.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível também perceber como as mulheres se viam como o “outro” da relação, se colocando como o Inecessário e deixando o homem como o Essencial. As participantes pensavam e se apegavam ao ideal de família e de casamento para sustentar a relação. E isso não porque elas queriam, mas sim por ser algo atribuído a elas, da mesma forma que é atribuído aos homens.

De tal forma, foi possível, a partir das as narrativas trazidas pelas participantes da pesquisa, analisar as questões constitutivas do papel da mulher em relacionamentos amorosos, e compreender a construção da mulher e do homem em sociedade.

Foi possível também identificar as formas de abuso e violência de gênero que ocorreram com as participantes, e como muitas vezes essas violências foram naturalizadas, bem como, foram ocorrendo sutilmente até chegarem ao momento de tomada de consciência e do rompimento com a relação em um dos casos, e no outro caso, ainda que o rompimento não tenha vindo da mulher, ela conseguiu compreender a violência de que foi vítima, e construir uma outra vida.

Ao verificar os significados que as mulheres atribuem a sua permanência em um relacionamento abusivo, percebe-se que, além da construção cultural do ser

homem e ser mulher e os papéis atribuídos a cada um, também existe uma forte influência das questões de dependência afetiva e de classe social, sendo que ambas as mulheres eram dependentes economicamente de seus parceiros e não possuíam condições econômicas para romper com a relação.

Percebeu-se também como a falta de uma rede bem estruturada familiar e social (rede de apoio) é uma questão que dificulta o rompimento da relação.

Cabe ressaltar que por meio da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, ambas as mulheres fizeram suas denúncias, e deste modo, percebemos como se faz importante o acesso à informação sobre as leis e direitos das mulheres num todo.

Ainda sobre a importância do acesso à informação, percebeu-se que o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (onde as mulheres podem denunciar as situações de violências por meio de ligações e receber orientações e direcionamento para as redes de atendimento) não surgiu em nenhum momento como uma alternativa buscada pelas mulheres participantes da pesquisa, o que faz-se importante evidenciar mais uma vez a necessidade de informar a sociedade num todo sobre tais canais e dar acesso à informação.

Geralmente, ao final de uma pesquisa, percebemos outras questões que podem ser enfatizadas para novos estudos, no caso desta pesquisa em questão, é importante ressaltar a necessidade de novos estudos que visem uma maior compreensão acerca do acolhimento de tais mulheres em delegacias e a conduta dos profissionais que as atendem, visando compreender como é o acolhimento delas e como isso influencia para o não prosseguimento da queixa, assim como de que forma estes profissionais enxergam estas mulheres e significam seu trabalho.

Cabe também enfatizar a importância de estudos que busquem analisar a naturalização da violência por um viés de compreender como a violência sofrida na infância perpetua para permanência em uma relação violenta na vida adulta, assim como as violências cotidianas a que somos afeitos e que, sem perceber, também reproduzimos.

De modo geral, a partir dos resultados encontrados na presente pesquisa, torna-se possível compreender a subjetividade da mulher e sua permanência em uma relação abusiva, trazendo reflexões para práticas profissionais mais fundamentadas na subjetividade da mulher e no acolhimento, e livres de estereótipos de senso comum, levando em conta a sua história e a sua construção enquanto mulher na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALEMANY, C. Violências. In: HIRATA, H. et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNIFESP, 2009.
- ARAUJO, M. F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** Psicol. Am. Lat., México, n. 14, 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012). Acesso em: 29 ago. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília: Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em 29 ago. 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. p.77-104.
- DEEK, Leila Platt; BOING, Antonio Fernando; OLIVEIRA, Walter Ferreira de and COELHO, Elza Berger Salema. **A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro.** Saude soc. vol.18, n.2, pp.248-258, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000200008>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988
- FREITAS, M. F. C. DE; SALES, M. M. Maria, Marias: Narrativas de mulheres sobre relacionamentos abusivos. **Pretextos Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 7, p. 408-429, 19 jul. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20769/15043>. Acesso em: 07 set. 2021.
- GARCIA, Leila Posenato. SILVA, Gabriela Drummond Marques da. **Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014.** Cadernos de Saúde Pública. v. 34, n. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317>. Acesso em: 18 Maio 2022.
- GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50.** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.
- GIFFIN, K. **Violência de gênero, sexualidade e saúde.** Cad. Saúde Pública. vol.10, suppl.1, Rio de Janeiro, RJ, 1994.

GOMES, Ingrid Raphaelle Rolim; FERNANDES, Sheyla C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Bol. Acad. Paul. Psicol.** vol.38, n.94, pp. 55-66, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2018000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006). Acesso em 29 ago. 2021.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro et al. Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro. Vol. 16, n. 3., p. 1755-1769, mar., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n3/12.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. v. 26, n. 1, pp. 61-73. Pub 30 Jul 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em 20 maio 2022.

HIRIGOYEN, M. F. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

HOOKS, BELL. **O Feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**. Vol. 27, n. 4, p. 743-752, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49622>. Acesso em: 09 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001

MOREIRA, Isabela. Alertas para identificar um relacionamento abusivo. **Revista Galileu**, 15 set. 2016. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/09/15alertasparaiidentificarumrelacionamentabusivo.html>. Acesso em: 29 ago. 2021.

NIETTO, Rose Méri. **Mulheres em situação de violência doméstica e familiar: concepções de si. Um estudo existencialista sobre gênero**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2009.

OPAS, Organização Pan Americana da Saúde OMS, Organização Mundial da Saúde. Estratégia E Plano De Ação Para O Reforço Do Sistema De Saúde Para Abordar A Violência Contra A Mulher. CD54/9, **Rev. 2** **Washington, D.C., EUA**, 28 de setembro a 2 de outubro de 2015. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/28349/CD54-9-p.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 10 de maio de 2022.

PASINATO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Revista Praia vermelha: Estudos de política e teoria social**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.14 & 15.p. 132-153, 2006. Disponível em <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down180.pdf#page=130>. Acesso em: 07 set. 2021.

PEDROSA, Mariana. ZANELLO, Valeska. (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol 32. Brasília, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne214>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PINTO, Mariana Gonçalves. Permanecer, abandonar ou retomar à relação abusiva: proteção de mulheres vítimas de violência conjugal. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Criminologia da Universidade do Porto, Porto, 2018. 136 fls.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, J. Eduardo (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, p. 118-146, 2009. Disponível em:<http://docslide.com.br/documents/piscitelliadrianageneroahistoriadeumconceito.html#>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: **Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482>. Acesso em 10 abr. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p.71-99. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038/363> . Acesso em 15 out. 2021.

SOARES, M. B. **Enfrentando a violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Brasília.64 p., 2005.

Disponível em:

[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu\\_doc/ev\\_vio\\_ta\\_2005\\_enfrentando\\_a\\_violencia\\_contra\\_a\\_mulher.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/ev_vio_ta_2005_enfrentando_a_violencia_contra_a_mulher.pdf). Acesso em: 11 out. 2021.

SOARES, Bárbara. **É possível antecipar os sinais da violência?** Enfrentando a violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2005. p. 63. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios> Acesso em: 11 out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica). 120p. 2004.

SAFFIOTI, H.I.B. **No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual**. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem Mandou Nascer Mulher?* São Paulo: Editora Rosa dos Tempos. p. 134-211, 1997.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. v.16, 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I.B. A mulher na sociedade de classes. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza.

**Petrópolis, Vozes**. 384p, 1976. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod\\_resource/content/1/SAFFIOTI%20C%20Heleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300331/mod_resource/content/1/SAFFIOTI%20C%20Heleieth.%20A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes.pdf).

Acesso em: 16 maio 2022.

VILLELA, Wilza Vieira et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-123, 2011.

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29776>. Acesso em: 11 maio 2022.

WALKER, L. E. *The Battered Woman*. Nova York, Harper e Row. 1979.

ZAMBON, Danielle Garcia; TRISTÃO, Lais Daher; MATTOS, Thainá Aparecida da Silva Santos. **Ele não vai mudar: um estudo sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos**. p. 132, 2019.

Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/biblioteca/monografias/62943.pdf>.

Acesso em: 25 set. 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Para você, o que é ser mulher?
2. Para você, o que é ser homem?
3. Como você enxerga o papel da mulher na sociedade? (como a mulher é vista, quais as expectativas sobre ela)?
4. E o papel do homem?
5. O que você considera como relacionamento abusivo?
6. Quais os tipos de abuso e violência que você sofreu no seu relacionamento?
7. Qual era sua reação antes, durante e após tais situações?
8. Como era sua relação social (família / amigos / trabalho / lazer)?
9. Você tinha consciência do que era um relacionamento abusivo? O que lhe fazia permanecer com seu companheiro?

## ANEXOS

## ANEXO A – CARTA DE ACEITE



## CARTA DE ACEITE

Declaramos, para fins de pesquisa acadêmica, que concordamos em disponibilizar o acesso aos estagiários e às pacientes da Instituição Serviços de Psicologia das Clínicas Integradas UNESC localizada na Rua Av. Universitária, 1105, Universitário, Criciúma- SC. CEP 88806-000, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada "Narrativas de mulheres sobre a permanência em relacionamentos abusivos" sob a responsabilidade da professora orientadora Janine Moreira e pesquisadora Rafaela Vieira de Oliveira do Curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, pelo período de execução previsto no referido projeto.

Criciúma, 9 de novembro de 2021.

Mágada Tessmann

Coordenadora Geral das Clínicas Integradas - UNESC

Nerilza Volpato Beltrame Alberton

Coordenadora dos Serviços de Psicologia UNESC

**FUCRI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (MANTENEDORA)**

Avenida Universitária, 1105 - Bairro Universitário - Cx. Postal 3367 - Fone: (0\*\*48) 3431-2500 - Fax: (0\*\*48) 3431-2756 - CEP 88806-000 - CRICIÚMA  
 644.4012 <http://www.unesc.br>

## ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



**CEP**  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
DE SERES HUMANOS

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

**Título da Pesquisa:** **Narrativas de Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos**

**Objetivo:** Compreender os fatores que contribuem às mulheres continuarem com seus parceiros em relacionamentos abusivos.

**Período da coleta de dados:** 01/04/2022 a 15/04/2022

**Tempo estimado para cada coleta:** 1 hora e 30 minutos

**Local da coleta:** Clínicas Integradas UNESC – Clínica de Psicologia

**Pesquisador/Orientador:** Janine Moreira **Telefone:** 48 99994-4487  
**Pesquisador/Acadêmico:** Rafaela Vieira de Oliveira **Telefone:** 48 99653-8765  
 9ª fase do Curso de Psicologia da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

<b>DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA</b>
--

TCLE CEPUNESC – versão 2018 | Página 1 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC  
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | [cepca@unesc.net](mailto:cepca@unesc.net) | [www.unesc.net/cep](http://www.unesc.net/cep)  
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

As participantes da pesquisa tratam-se de mulheres pacientes das Clínicas Integradas da UNESC, especificamente da Clínica de Psicologia com queixas de vivências em relacionamentos abusivos. O caminho da pesquisa se baseará, em um primeiro momento, no contato da pesquisadora com a Clínica e os estagiários, a fim de levantar a existência de pacientes que possuem queixas de relacionamentos abusivos. Em um segundo momento, os estagiários que possuem pacientes mulheres com tais queixas perguntarão a elas se aceitam participar da pesquisa; caso aceitem, o contato para participação da pesquisa será feito pela UNESC, visto que será um número de amostra pequeno para tal, e então, somente a partir disso será realizada a entrevista com as pacientes no dia em que elas tiverem atendimento na clínica. Cabe ressaltar que as identidades das mulheres só serão reveladas à pesquisadora caso as mesmas aceitem participar da pesquisa, uma vez o processo terapêutico ser regido pelo sigilo profissional entre psicólogo e paciente. Quanto a quantidade de participantes da pesquisa, pretende-se que sejam 4 (quatro) mulheres, porém, se não tiver a quantidade, será feito com a quantidade que emergir.

Os instrumentos para coleta de dados serão entrevistas semiestruturadas, que serão realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual será assinado pelas participantes da pesquisa, assinalando sua concordância com os termos da pesquisa.

Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas mediante concordância e ciência das participantes.

Observa-se que, se ficar evidenciado que alguma participante da pesquisa estiver vivendo uma situação de violência, esta será notificada aos órgãos competentes, como o Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde (NUPREVIPS), mesmo que não seja a vontade da participante, e esta notificação continuará em acompanhamento na clínica de Psicologia da UNESC.

Todas as entrevistas seguirão os protocolos de biossegurança adotados pela Universidade no contexto da pandemia da COVID-19, sendo realizadas com máscara, fazendo-se uso de álcool em gel para higienização das mãos, distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre as participantes e em sala reservada e arejada. O local a serem realizados os encontros apresenta dimensões que permitem este distanciamento. Caso a matriz de risco do estado de Santa Catarina ou as condições do município com relação à COVID-19 não possibilitem a realização presencial, os encontros serão realizados de forma remota via *google meet*, plataforma padrão utilizada pela Universidade.

#### RISCOS

Em relação às questões éticas da pesquisa, esta apresenta como riscos os sentimentos que podem emergir durante a entrevista e deixar a paciente vulnerável, contudo, estaremos na clínica de psicologia, e as entrevistas serão realizadas 30 minutos antes do atendimento da participante na clínica de psicologia, para que, caso ocorra algo que a paciente precise de atendimento, já terá atendimento com o estagiário que a atende em seguida. Bem como, a entrevista poderá encerrar a qualquer momento, caso a paciente decida não participar mais. Outro risco da pesquisa é a quebra de anonimato das participantes, mas para que isso não ocorra, os dados da pesquisa serão guardados com a pesquisadora de forma cautelosa e sigilosa, e os nomes das participantes serão mudados para nomes fictícios. Cabe ressaltar também os riscos pela pandemia.

TCLE CEPUNESC – versão 2018 | Página 2 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC  
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | [cetca@unesc.net](mailto:cetca@unesc.net) | [www.unesc.net/cep](http://www.unesc.net/cep)  
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

entretanto, estaremos fazendo uso das medidas de biosegurança, descritas anteriormente, e seguindo as matrizes sanitárias do município de Criciúma e Estado de Santa Catarina.

#### BENEFÍCIOS

Como benefícios, esta pesquisa possibilitará conhecer e compreender a situação trazida pelas participantes da pesquisa a fim de poder intervir na temática e possibilitar que os profissionais (como psicólogos) possam ter atuações mais apropriadas e terem mais conhecimento da subjetividade e vivências de tais situações.

Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas mediante concordância e ciência das participantes.

Cabe ressaltar que a parte empírica da pesquisa só irá iniciar mediante a aprovação do Comitê de Ética.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) responsável Janine Moreira pelo telefone (48)99994-4487 e/ou pelo e-mail [jmo@unesc.net](mailto:jmo@unesc.net).

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 3 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC  
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | [cefica@unesc.net](mailto:cefica@unesc.net) | [www.unesc.net/cep](http://www.unesc.net/cep)  
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

ASSINATURAS	
<p style="text-align: center;"><b>Voluntário(a)/Participante</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>Assinatura</b></p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____</p>	<p style="text-align: center;"><b>Pesquisador(a) Responsável</b></p> <div style="text-align: center;">  </div> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>Assinatura</b></p> <p>Nome: Janine Moreira</p> <p>CPF: 860.519.389-15</p>

Criciúma (SC).

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 4 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC  
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | [ceica@unesc.net](mailto:ceica@unesc.net) | [www.unesc.net/cep](http://www.unesc.net/cep)  
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

## ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO EXTREMO  
SUL CATARINENSE - UNESC



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE A PERMANÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

**Pesquisador:** Janine Moreira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 53202421.4.0000.0119

**Instituição Proponente:** Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.113.802

**Apresentação do Projeto:**

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa empírica que será realizada com mulheres que estiveram em situações de relacionamentos abusivos, pacientes da Clínica de Psicologia da Unesc, em Criciúma/SC. Seu objetivo geral será compreender os fatores que contribuem às mulheres continuarem com seus parceiros em relacionamentos abusivos. O trabalho em questão visa, em um primeiro momento, por meio da leitura de referenciais teóricos, analisar, a partir da categoria de gênero, as questões históricas constitutivas do papel da mulher nos relacionamentos amorosos; em um segundo momento, identificar as formas de abuso e violência de gênero, e por fim, verificar os significados que as mulheres atribuem a sua permanência em um relacionamento abusivo. Sabemos que desde os primórdios a mulher na sociedade ocupa o papel do "outro", a que foi se constituindo a aceitar as vontades do parceiro e negar suas próprias numa trama relacional. Os resultados esperados são uma maior compreensão a respeito das questões de violência de gênero contra a mulher para que se possa embasar práticas profissionais cada vez mais fundamentadas.

**Endereço:** Avenida Universitária, 1.105  
**Bairro:** Universitário **CEP:** 88.806-000  
**UF:** SC **Município:** CRICIÚMA  
**Telefone:** (48)3431-2006 **E-mail:** cetica@unesc.net

Continuação do Parecer: 5.113.802

**Objetivo da Pesquisa:**

Compreender de que modo se constitui a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos.

**Objetivos Secundários:**

- Analisar, a partir da categoria de gênero, as questões históricas constitutivas do papel da mulher nos relacionamentos amorosos.
- Identificar as formas de abuso e violência de gênero.
- Verificar os significados que as mulheres atribuem a sua permanência em um relacionamento abusivo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Estão adequados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

É de grande relevância social e científica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Estão adequados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisa é de grande relevância social e científica e atende aos critérios éticos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1856906.pdf	10/11/2021 16:27:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto.doc	10/11/2021 16:27:19	Janine Moreira	Aceito
Investigador				
Outros	Carta_de_Aceite_assinada.pdf	10/11/2021 16:26:15	Janine Moreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	10/11/2021 16:23:57	Janine Moreira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	10/11/2021 16:22:53	Janine Moreira	Aceito

UNIVERSIDADE DO EXTREMO  
SUL CATARINENSE - UNESC 

Continuação do Parecer: 5.113.862

**Situação do Parecer:**  
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**  
Não

CRICIUMA, 19 de Novembro de 2021

---

Assinado por:  
Marco Antônio da Silva  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Universitária, 1.105  
Bairro: Universitário CEP: 88.806-000  
UF: SC Município: CRICIUMA  
Telefone: (48)3431-2606 E-mail: [catca@unesc.net](mailto:catca@unesc.net)

Página 02 de 02